



AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM

30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021



AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM

30 DE JUNHO DE 2022 E DE 2021

CONTEÚDO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

QUADRO V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas

AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas Responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se



concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 22 de agosto de 2022.

Alberto da Silveira Lima
Contador
CRC-BA 9.031

SANTANA & SOUSA
Auditores Independentes
CRC-BA - 612



QUADRO I

AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
Em milhares de reais

| ATIVO | NE | 30/06/22 | 31/12/21 |
|---|------------|-----------------|-----------------|
| CIRCULANTE | | 15.296 | 17.061 |
| DISPONIBILIDADES | 3.m | 201 | 2.583 |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS | | 14.859 | 14.251 |
| Aplicação interfinanceira de Liquidez | 3.m | 12.512 | 12.098 |
| Títulos e valores mobiliários | 4 | 1.110 | 1.003 |
| Rendas a receber | 5 | 1.038 | 892 |
| Negociação e intermediação de valores | 5 | 199 | 258 |
| OUTROS ATIVOS | | 236 | 227 |
| Outros créditos - Diversos | 5 | 175 | 200 |
| Despesas antecipadas | | 61 | 27 |
| NÃO CIRCULANTE | | 2.968 | 2.771 |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS | 4 | 3.169 | 2.997 |
| Títulos e valores mobiliários | | 3.169 | 2.997 |
| PROV. PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS A: | 5 | (284) | (340) |
| Risco de rendas a receber e outros créditos | | (284) | (340) |
| IMOBILIZADO DE USO | 3.h | 55 | 62 |
| Outras imobilizações de uso | | 146 | 146 |
| (Depreciações acumuladas) | | (91) | (84) |
| INTANGÍVEL | 3.h | 28 | 52 |
| Ativos Intangíveis | | 240 | 240 |
| (Amortização acumulada) | | (212) | (188) |
| TOTAL DO ATIVO | | 18.264 | 19.832 |

(as notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis)



QUADRO I - FL 02

**AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Em milhares de reais

| PASSIVO | NE | 30/06/22 | 31/12/21 |
|--|-----------|-----------------|-----------------|
| CIRCULANTE | | 13.569 | 15.539 |
| INSTRUMENTOS FINANCEIROS | | 12.662 | 14.497 |
| Depósitos | 5 | 12.662 | 14.449 |
| Negociação e intermediação de valores | 5 | - | 48 |
| OUTROS PASSIVOS | | 907 | 1.042 |
| Fiscais e previdenciárias | 5 | 434 | 537 |
| Diversas | 5 | 473 | 505 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 4.695 | 4.293 |
| Capital: | 6 | 11.542 | 11.542 |
| De Domiciliados no país | | 11.542 | 11.542 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | (1) | (9) |
| (Prejuízos acumulados) | | (6.846) | (7.240) |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 18.264 | 19.832 |

(as notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis)



QUADRO II

AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

| | NE | 30/06/22 | 30/06/21 |
|--|-----------|-----------------|-----------------|
| RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 1.728 | 1.531 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 1.728 | 1.531 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 1.728 | 1.531 |
| OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS | | (925) | (1.778) |
| Receitas de prestação de serviços | | 4.457 | 5.739 |
| Despesas de pessoal | | (1.106) | (1.865) |
| Outras despesas administrativas | | (3.839) | (4.836) |
| Despesas tributárias | | (535) | (667) |
| Despesas com provisões | | 71 | (152) |
| Outras receitas operacionais | | 30 | 11 |
| Outras despesas operacionais | | (3) | (8) |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 803 | (247) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES | | 803 | (247) |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | (114) | (157) |
| Provisão para imposto de renda | | (66) | - |
| Provisão para contribuição Social | | (48) | - |
| IRPJ - Ativo fiscal diferido | | - | (98) |
| CSLL - Ativo fiscal diferido | | - | (59) |
| PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO | | (295) | (278) |
| LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DOS SEMESTRES | | 394 | (682) |
| | | | |
| Nº de cotas.....: | | 11.542.000 | 11.542.000 |
| Lucro/(Prejuízo) por mil cotasR\$ | | 34,13 | (59,10) |

(as notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis)



QUADRO III

AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

| | <u>30/06/22</u> | <u>30/06/21</u> |
|---|-----------------|-----------------|
| RESULTADO LÍQUIDO DOS SEMESTRES | 394 | (682) |
| RESULTADO ABRANGENTE | 7 | (5) |
| Ajustes que serão transferidos para resultados: | 7 | (5) |
| Ajuste TVM | 7 | (5) |
| RESULTADO ABRANGENTE TOTAL | 401 | (687) |

(as notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis)



QUADRO IV

AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO
Em milhares de reais

| Semestre de 01/01/22 a 30/06/22 | | | | |
|---|------------------------------|---|---|--------------|
| | CAPITAL REALIZADO | AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS | TOTAL |
| SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/22 | 11.542 | (9) | (7.240) | 4.293 |
| Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos | - | 8 | - | 8 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | 394 | 394 |
| SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/22 | 11.542 | (1) | (6.846) | 4.695 |
| MUTAÇÕES DO SEMESTRE: | - | 8 | 394 | 402 |

| Semestre de 01/01/21 a 30/06/21 | | | | |
|---|------------------------------|---|---|--------------|
| | CAPITAL REALIZADO | AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL | LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS | TOTAL |
| SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/01/21 | 10.042 | (15) | (6.902) | 3.125 |
| Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos | - | (5) | - | (5) |
| Aumento de capital | 1.500 | - | - | 1.500 |
| Prejuízo líquido do semestre | - | - | (682) | (682) |
| SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 30/06/21 | 11.542 | (20) | (7.584) | 3.938 |
| MUTAÇÕES DO SEMESTRE: | 1.500 | (5) | (682) | 813 |

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.)



QUADRO V

AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO

Em milhares de reais

| | 30/06/22 | 30/06/21 |
|---|----------------|----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido/ (prejuízo) dos semestres | 394 | (682) |
| Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável | 31 | 30 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | (71) | 152 |
| Provisão de impostos no resultado | 114 | - |
| Provisão (reversão) de impostos diferidos | - | 157 |
| | <u>468</u> | <u>(343)</u> |
| Varição de Ativos e Obrigações | | |
| (Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos | (2.436) | (6.361) |
| (Aumento) redução em ativos fiscais diferidos | (358) | (854) |
| (Aumento) redução em ativos fiscais diferidos | - | 156 |
| (Aumento) redução de outros ativos | 12 | (4) |
| Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos | (1.835) | (4.993) |
| Aumento (redução) em obrigações fiscais diferidas | - | (157) |
| Aumento (redução) em outros passivos | (244) | (494) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (11) | (15) |
| | <u>(1.968)</u> | <u>(6.704)</u> |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | |
| Inversões em: | | |
| Imobilizado de uso | - | 1 |
| | | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | - | 1 |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Recebimento pela integralização de capital | - | 1.500 |
| | | |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | - | 1.500 |
| | | |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | (1.968) | (5.203) |
| | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início dos semestres | 14.681 | 23.011 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim dos semestres | 12.713 | 17.808 |

(as notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis)



AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NOS SEMESTRES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores em R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AZIMUT BRASIL DTVM LTDA., denominada Distribuidora, foi constituída em 14 de agosto de 2013, tem como objeto social,

(i) Subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos ou valores mobiliários para revenda;

(ii) Intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado;

(iii) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;

(iv) Encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários;

(v) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de cautelas, de recebimento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários;

(vi) Exercer funções de agente fiduciário;

(vii) Instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento;

(viii) Constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários;

(ix) Praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes;

(x) Praticar operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;

(xi) Realizar operações compromissadas;

(xii) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central;

(xiii) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada regulamentação baixada pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência;

(xiv) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiro e de capitais;



(xv) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central e pela Comissão de Valores Mobiliários; e

(xvi) Promover a Intermediação de operações entre Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil e investidores, nos termos da Lei 6.385 de 07 de dezembro de 1976, inclusive para atuar como Correspondente Bancária de outras instituições financeiras.”

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração, que em atendimento ao disposto no artigo 7º, da Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, declara de forma explícita e sem reserva, que as Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do CMN e do BACEN, bem como, que é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções.

Foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Procedimentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são calculados com base no método exponencial, observando-se o critério “pro rata” dia.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.



d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nessa categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento;

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e

(iii) Títulos disponíveis para venda - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização através de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos.

e) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

É constituída com base na expectativa de perdas na realização de valores a receber de clientes pelas operações realizadas nos pregões da BM&FBOVESPA S.A., considerando os critérios mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

f) Negociação e intermediação de valores

Demonstrada pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber realizadas na BM&FBOVESPA S/A, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.



h) Imobilizado de uso e intangível

Imobilizado de Uso: São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para “Sistema de Processamento de Dados” e de 10% a.a. para as demais contas.

Intangível: São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Distribuidora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%.

i) Impairment de ativos não financeiros

O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*Impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

Não foram identificados eventos que identificassem a necessidade de reconhecimento de *impairment* no semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

j) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

- i. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.
- ii. Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Distribuidora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$ 240 no ano. A provisão



para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

l) Contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os ativos contingentes são reconhecidos quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

m) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em mercado aberto, aplicações em renda fixa e operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Composição:

| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Disponibilidades | 201 | 2.583 |
| Caixa | 1 | - |
| Depósitos Bancários | 200 | 2.583 |
| | | |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 12.512 | 12.098 |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 12.512 | 12.098 |
| | | |
| Total de caixa e equivalente de caixa | <u>12.713</u> | <u>14.681</u> |

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como “**Títulos Disponíveis para Venda**”; e o valor de custo e a atualização à mercado estão assim demonstrados:

No ativo circulante

O valor registrado em fundos de investimentos no semestre encerrado em 30 de junho de 2022 é no montante de R\$ 1.110 (R\$ 1.003 em 31 de dezembro de 2021).



No ativo não circulante:

| TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA | Vencimento após 365 dias | 30/06/2022 | |
|---------------------------------------|-----------------------------|-------------------|--------------|
| | | Mercado | Custo |
| Carteira Própria | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 3.169 | 3.169 | 3.170 |
| Total Carteira Própria | <u>3.169</u> | <u>3.169</u> | <u>3.170</u> |

No ativo não circulante:

| TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA | Vencimento após 365 dias | 31/12/2021 | |
|---------------------------------------|-----------------------------|-------------------|--------------|
| | | Mercado | Custo |
| Carteira Própria | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 2.997 | 2.997 | 3.006 |
| Total Carteira Própria | <u>2.997</u> | <u>2.997</u> | <u>3.006</u> |

5. COMPOSIÇÃO DE SALDOS RELEVANTES

| Ativo Circulante | 30/06/2022 | 31/12/2021 |
|--|-------------------|-------------------|
| Instrumentos Financeiros | | |
| Rendas a Receber | <u>1.038</u> | <u>892</u> |
| Comissões e corretagens | 1.038 | 892 |
| Negociação e Intermediação de Valores | <u>199</u> | <u>258</u> |
| Outros créditos por negociação | 199 | 258 |
| Outros Ativos | | |
| Outros créditos - Diversos | <u>175</u> | <u>200</u> |
| Adiantamentos e antecipações | 68 | 61 |
| Devedores por compra de valores e bens | - | 9 |
| Imposto e contribuições a compensar | 27 | 50 |
| Devedores Diversos - Pais | 80 | 80 |
| Provisão para perdas esperadas associadas a: | <u>(284)</u> | <u>(340)</u> |
| Provisão para devedores duvidosos - Clientes | (284) | (340) |



| | <u>30/06/2022</u> | <u>31/12/2021</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Passivo Circulante | | |
| Instrumentos Financeiros | | |
| Depósitos | <u>12.662</u> | <u>14.449</u> |
| Recursos disponíveis de clientes | 12.662 | 14.449 |
| Negociação e Intermediação de Valores | <u>-</u> | <u>48</u> |
| Credores - Conta Liquidação Pendentes | - | 48 |
| Outros Passivos | | |
| Fiscais e previdenciárias | <u>434</u> | <u>537</u> |
| Impostos e contribuições sobre o lucro | 109 | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 325 | 537 |
| Diversas | <u>473</u> | <u>505</u> |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 446 | 404 |
| Credores Diversos - País | 27 | 101 |

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social da Distribuidora no exercício encerrado em 30 de junho de 2022 é no montante de R\$ 11.542 (R\$ 11.542 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 11.542.000 cotas (11.542.000 cotas em 31 de dezembro de 2021), totalmente integralizadas por cotistas domiciliados no País, conforme composição abaixo demonstrada:

| <u>Sócio</u> | <u>Quotas</u> | <u>Valor - R\$</u> | <u>%</u> |
|--------------------------|-------------------|----------------------|---------------|
| AZBR IF Holding S/A | 11.541.999 | 11.541.999,00 | 99,99 |
| Az Brasil Holdings Ltda. | <u>1</u> | <u>1,00</u> | <u>0,01</u> |
| Totais | <u>11.542.000</u> | <u>11.542.000,00</u> | <u>100,00</u> |

Em 07 de junho de 2021 o Banco Central do Brasil aprovou a alteração de capital social de R\$10.052 para R\$ 11.542, no montante de R\$ 1.500 com a emissão de 1.500.000 novas cotas.

7. JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO

Nos semestres encerrados em 30 de junho de 2022 e 2021 não foram pagos juros sobre capital próprio, conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95.



8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Distribuidora participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as necessidades próprias e de seus clientes. O controle dos riscos envolvidos, são realizados através de técnicas de acompanhamento, aplicáveis as necessidades da empresa.

Os valores conhecidos ou estimados de mercado dos instrumentos financeiros, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não são divergentes dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

9. OUVIDORIA

O componente organizacional de ouvidoria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN 4.433, de 23 de julho de 2015.

10. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em atendimento a Resolução 4.557/2017 do CMN, anotamos que a Gestão de Riscos na Distribuidora, conta com cinco frentes de atuação: Gestão de Riscos de Mercado, Operacional, Liquidez, Capital e Compliance. A gestão de risco das operações é efetuada por meio de políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio da entidade, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos. Essas estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

a) Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. A administração de risco de mercado das operações é efetuada por meio de políticas, procedimentos de controle e identificação prévia de riscos em novos produtos e atividades, visando manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela instituição e atender a estratégia de negócios e limites definidos pelo setor. Assim, a instituição se encontra apta a atender as exigências da Resolução do CMN nº 4.557/2017, que trata da estrutura do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

b) Risco Operacional:

A natureza dos negócios da Distribuidora é caracterizada por grande número de operações diárias, o que torna a empresa fortemente dependente de seus sistemas de processamento de dados e de outras tecnologias operacionais. Neste contexto, a Gestão de Risco Operacional é uma importante ferramenta utilizada para sustentar e não interromper as operações em curso, assegurando a continuidade das atividades ainda que em situações adversas.



c) Compliance:

A Distribuidora possui um programa bastante extenso que determina que todos os agentes devem cumprir com os respectivos regulamentos locais. Os programas de “conheça seu cliente” (KYC) estão alinhados com estes regulamentos. A Distribuidora, constantemente monitora todos os agentes quanto a este cumprimento por meio de ferramentas desenhadas especificamente para dar suporte aos Agentes na identificação e reporte de transações suspeitas além de possuir monitoramento das transações efetuadas em sua rede.

d) Risco de Liquidez:

É o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez dos caixas em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, com base em modelos estatísticos e econômico-financeiros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários, são estabelecidos limites de concentração de passivos diante dos recursos disponíveis para honrar essas obrigações, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

e) Gerenciamento de Capital:

O gerenciamento de capital da entidade objetiva:

- e.1) O monitoramento e controle do capital mantido pela Distribuidora;
- e.2) A avaliação e adequação do capital frente aos riscos a que a Distribuidora está sujeita;
- e.3) O planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Distribuidora.

11. CONTINGÊNCIAS

Em 30 de junho de 2022 a Distribuidora era parte ré em ações de natureza trabalhista no montante R\$ 1.073, considerados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível e neste caso não contabilizados em seu balanço.

Em 30 de junho de 2021 a Distribuidora era parte ré em ações de natureza trabalhista no montante R\$ 1.123, considerados pelos assessores jurídicos como risco de perda possível e neste caso não contabilizados em seu balanço.

12. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Distribuidora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2022 em 22 de agosto de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras, quando requeridos.



13. OUTROS ASSUNTOS

- a) Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BC), tornou público a Resolução Nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das Instituições autorizadas a funcionar pelo BC. A nova regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. A AZIMUT BRASIL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., foi classificada como “S4” nos moldes do Art.º 10 da Resolução Nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017. O revigoramento das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram implementadas em 2018, prazo permitido para as instituições enquadradas no S2, S3, S4 e S5.
- b) COVID 19 - Com o desenvolvimento e avanço da pandemia, a organização foi capaz de se organizar dentro do ambiente de home office e isolamento dos mercados. Além disso, a volatilidade do mercado foi superada e a companhia não sofreu impactos significativos ou relevantes em seus negócios

ROSÂNGELA DE OLIVEIRA MAIA
DIRETORA

REINALDO DANTAS
CONTADOR
CRC - 1SP 110.330/O-6

MARCELO SEPULVEDA
DIRETOR

* * *